

Rede Nacional de EJP encara o desafio de ampliar o acesso à Justiça no Brasil

A partir de 2010, o dia 20 de setembro será celebrado como Dia Nacional da Educação Jurídico Popular, uma forma de marcar um momento histórico para as entidades que atuam no setor em todo o Brasil. A criação da data foi apenas um dos diversos encaminhamentos feitos pelas entidades que estiveram presentes no 2º Encontro Nacional de Experiências em Formação Jurídico Popular, promovido pela Fundação Margarida Maria Alves com o apoio de Misereor, nos dias 19 e 20 de setembro passado, em João Pessoa. O evento também foi o pontapé inicial para a construção da carta de princípios da Rede, que deve ser lançada em março de 2010.

O 2º Encontro Nacional também foi um momento de discutir o papel das experiências em educação jurídico popular na redução da distância entre a população e a Justiça. “Eu não acredito na democratização da justiça sem a organização do povo”. A frase do juiz Hakendoff foi trazida para a mesa de abertura do evento pelo promotor aposentado José Ewerton Nóbrega e ajudou a apimentar a discussão que orientou o evento. O debate também contou com a visão da advogada Tatiane Oliveira,

representante da Dignitatis, que concordou que, em muitas situações, “essa relação está envolvida em um contexto de opressão e dominação”.

Na opinião de Tatiane, o problema é maior, já que, para ela, falar em acesso à justiça é falar do que vai além da solução de conflitos pessoais. “Às vezes, ao invés de solucionar, os operadores criam o conflito e esse confronto é muito nítido no poder Judiciário. Precisamos perceber que os conflitos inter-individuais estão num contexto maior e que a gente tem que fazer isto mudar. Não que o Direito não seja um poder, mas que seja um poder transformador, de revolução, mobilizado pelo verdadeiro sentido de Justiça.”

Para os dois painelistas e também para a plenária que participou ativamente do debate, a

educação popular representa a possibilidade de enxergar de forma nítida e aberta o papel verdadeiro do Direito e das leis. “A Educação Jurídico Popular permite à gente fazer essa reflexão de quebra de ideologias, de meu papel perante o Direito”, propõe a advogada.

Para Amélia Teles, da União de Mulheres de São Paulo, quando se fala de acesso à justiça, não pode se prender ao Judiciário. “Estamos falando de acesso à justiça social, que é bem mais amplo”. Já para Felipe Carvalho, da Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia, (AATR), o problema é que o Poder Judiciário é hermético e os espaços mal utilizados. “Não existe mecanismo de controle social e a população precisa participar ativamente no desenvolver do trabalho do Judiciário”.



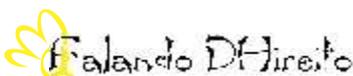
Editorial

O que mais poderia um país querer além da independência energética, possível depois de se descobrir fontes de petróleo que representem um salto no desenvolvimento econômico? Muito pouco. E o Brasil está vivendo este momento com o anúncio de que realmente há petróleo na camada pré-sal de um trecho de nosso litoral e que ele pode ser explorado. Novas tecnologias têm sido preparadas para garantir o trabalho, que coloca o país em um novo patamar.

Mas com a descoberta nasceu também uma guerra política em torno dos lucros advindos desta exploração e os estados onde ela vai acontecer tentam a todo custo manter os recursos provenientes do “ouro negro” em seus cofres. Acontece que o petróleo do pré-sal é um bem coletivo, um tesouro que pertence ao povo brasileiro – e é a ele, independente de onde tenha nascido ou esteja vivendo, que também pertence o lucro da novidade.

Se haverá danos ambientais, já que isso ainda é uma dúvida que paira no ar, que pelo menos o povo brasileiro tenha acesso a mais saúde e educação bancados pelo petróleo do pré-sal. E que pelo menos uma vez na vida, seja feita justiça na divisão das riquezas neste Brasil tão em falta com os mais vulneráveis.

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da
 Fundação de Defesa dos Direitos
 Humanos Margarida Maria Alves.
 Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
 CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
 Telefone/fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
 Jornalista responsável:
 Aline Oliveira (DRT 1963/PB)
 Fotos: arquivo da entidade
 Tiragem: 1.000 exemplares
 Apoio: Misereor
 Impressão: F&A Gráfica e Editora

Perspectivas para um acesso democrático ao Poder Judiciário

Artigo de Ewerton Nóbrega,
 Promotor de Justiça aposentado,
 Advogado, Militante dos Direitos Humanos

Li em “Notícias do Superior Tribunal de Justiça”, edição on-line de 22.09.2009, que esse tribunal concedeu, em 08.09.2009, habeas-corpus a Claudiney Resende, preso em flagrante, em 23.03.2005, pela polícia de Belo Horizonte, Minas Gerais, por tentativa de furto de doze tabletes de chocolate, no valor total de R\$44,46, do Hipermercado Extra daquela capital. Claudiney tentou, através da Defensoria Pública, trancar a ação penal, invocando o princípio da insignificância e alegando a inexistência de dano ao patrimônio da empresa. O Tribunal de Justiça mineiro lhe negou o pedido. Inconformado, recorreu ao STJ e aí contou com a sensibilidade e sensatez da ministra relatora Laurita Vaz, que, em 10.06.2009, lhe concedeu liminar para trancamento do processo. Afinal, em 08.09.2009, a 5ª Turma do STJ, por unanimidade, determinou a extinção do processo.

Estou colocando todas essas datas para mostrar por quanto tempo (mais de quatro anos) Claudiney ficou preso à mercê da insensibilidade e morosidade da justiça mineira. Torço para que, a esta altura, ele já tenha sido libertado.

Essa reflexão vem a propósito da realização do 2º Encontro Nacional de Experiências em Educação Jurídico Popular, promovido pela Fundação Margarida Alves, em setembro último, com a participação de entidades e movimentos de diversas regiões brasileiras. Nesse encontro, tivemos a oportunidade de refletir e debater a respeito da questão do acesso da população brasileira, carente e/ou excluída ao Poder Judiciário.

Leonardo Boff, em “A voz do Arco Íris” (Ed. Letraviva, 2000), analisa as causas históricas e culturais, entre outras, da violência no Brasil, com origem na ocupação portuguesa, seguida da secular colonização, executada de forma totalitária contra o índio e o negro escravo. A gritante desigualdade social das classes exploradas, que permanece até hoje, não poderia deixar de se refletir na maneira também desigual como os pobres são tratados quando buscam o acesso à Justiça.

“ A gritante desigualdade social das classes exploradas não poderia deixar de se refletir na maneira também desigual como os pobres são tratados quando buscam a Justiça.”

O espaço, aqui, é diminuto para uma referência detalhada ao estudo de Leonardo Boff e, por isso, sugiro ao leitor que faça a leitura do texto no livro.

Não temos dúvidas de que somente a mudança nas estruturas sócio-econômicas do país criará espaço para a justiça social, com a extinção da miséria e da indigência e a efetiva participação da classe pobre nos resultados da produção dos bens e serviços, entre estes compreendidos a prestação de uma justiça, rápida, eficiente e eficaz. As mudanças não virão por acaso, mas, sim em decorrência da organização e da luta da população em busca da conquista e garantia de seus direitos.

Um dos instrumentos que vêm contribuindo enormemente para a construção dessa consciência cidadã é a formação jurídico-popular, através de cursos oferecidos às camadas sociais pobres. A Fundação, por exemplo, vem promovendo essa formação há dez anos, com resultados positivos. Já são 150 juristas populares, líderes comunitários que vêm fazendo o importante papel de intermediadores entre os interesses da população e as instituições jurídicas (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública) e os demais operadores do Direito.

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?
 Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na
Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.



Brechó da Primavera promove consumo consciente

Calças novinhas, vestidinhos fresquinhos para o verão, sandalhinhas rasteiras ou com saltos altos, bem altos, além de bolsas, bijoux, livros, Cds, DVDs e até itens de decoração, sem contar a cervejinha acompanhada de quibe de forno e muita conversa boa. Esta é apenas uma parte do resultado do Brechó da Primavera, realizado pela Fundação no dia 4 de outubro e que, a despeito de ser a primeira experiência neste tipo de evento da entidade, foi um sucesso.

No começo da noite de uma sexta-feira com lua cheia, o quintal da Fundação ficou cheio de gente interessada em renovar o guarda roupa praticando uma nova tendência do mundo da moda: o consumo consciente, que reduz a quantidade de lixo produzido e revê o conceito do que é novo e do que é velho.

Ao todo, o Brechó da Primavera reuniu cerca de 1 mil itens doados por colaboradores e amigos da Fundação, a grande maioria em excelente estado de conservação e muita coisa que está longe de sair da moda. O preço das peças variou entre R\$ 1 e R\$ 20 e teve gente que levou para casa itens que sequer haviam sido usados por seus antigos donos. Com isso, ganhou quem comprou, que investiu pouco dinheiro em peças de qualidade, e quem doou, porque teve a oportunidade de fazer uma boa revisão do tinha guardado no armário.

A proposta dos brechós, que têm se multiplicado em João Pessoa nos últimos tempos, muitos promovidos por entidades sem fins lucrativos, é ampliar a vida útil de peças (seja de vestuário, seja de decoração) que poderiam facilmente se transformar em lixo. Além disso, estes eventos são uma boa forma de captação de recursos para ajudar a entidade a funcionar e acabam também provocando um reflexão sobre o real valor que

as coisas têm no mercado.

“Com peças exclusivas, modernas e a preços acessíveis, os brechós se tornaram a melhor opção para aqueles que não estão preocupados em estar na moda, mas sim em fazer a moda, e o mais importante, de forma consciente”, avalia a consultora de moda Monica Giacomini.

Para a Fundação, a experiência comprova que moda pode ter, sim, tudo a ver com Direitos Humanos. “Foi muito legal ver principalmente pessoas que moram próximas à nossa sede vasculhando as peças e se alegrando com as excelentes compras que estavam fazendo”, avalia Marcina Pessoa, coordenadora da entidade.

Toda a renda do Brechó da Primavera está sendo revertida para as obras de recuperação da sede própria da Fundação, que está precisando de reparos urgentes. O recurso será suficiente para uma parte do trabalho, mas ainda é preciso garantir o resto do orçamento. Por isso, as vendas não pararam. Ainda há muitas peças à disposição do público e quem quiser pode conferir uma parte delas através do perfil da entidade no Orkut. Confira e faça suas reservas! E por conta do sucesso, o Brechó volta a acontecer no dia 4 de dezembro, desta vez em sua versão de Natal, contando também com atrações culturais e com a lanchonete que fez parte da noite calorosa do primeiro. Doações e visitas são bem vindas. Traga a sacola!

“Clube de Amigos” recruta doadores

Um Clube de Amigos recheado de gente disposta a contribuir, de alguma forma, com as ações de educação em Direitos Humanos promovidas pela Fundação Margarida Maria Alves. É este o perfil de uma campanha que a entidade vai lançar oficialmente no final deste ano e que pretende mobilizar um monte de gente legal e comprometida com a mesma causa dos Direitos Humanos. A proposta é criar um grupo de colaboradores, que vão poder contribuir com doações mensais em dinheiro ou em tempo para ajudar a equipe a dar continuidade ao trabalho que já vem sendo realizado há 15 anos. Fique de olho e entre em contato se você tem interesse em contribuir de alguma forma (seja doando, seja mobilizando doadores), através do e-mail fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br.



Meio ambiente - O projeto quer aliar desenvolvimento comunitário e educação ambiental em Bayeux

Brazil Foundation aprova projeto com foco em educação ambiental em Bayeux

Com o projeto “Educação para a Saúde e Meio Ambiente”, a Fundação Margarida Maria Alves foi a única entidade paraibana premiada este ano pela Brazil Foundation, que capta recursos nos Estados Unidos para projetos sociais brasileiros. A ação vai contemplar a Comunidade Unida, às margens da Mata do Xem-Xem, em Bayeux, onde 60 famílias moram de forma absolutamente improvisada e sem acesso aos serviços básicos, em um terreno por onde passam gasoduto e linhas de alta tensão. A proposta é oferecer à comunidade informações sobre seus direitos, inclusive à moradia, e torná-la apta a participar de discussões junto ao poder público. O foco será o direito à saúde e a um meio ambiente equilibrado.

A Comunidade foi formada por famílias provenientes de assentamentos que viram naquela localidade a esperança de uma vida melhor. O maior problema que eles/as enfrentam é a falta de saneamento básico, inviabilizado por conta dos dutos de gás que passam por baixo das casas. E como não há coleta de lixo na região, a mata do Xem-Xem serve, atualmente, de lixão para os moradores.

Ao observar a imensa carência da comunidade, a Fundação iniciou uma intervenção no local através dos Juristas Populares, que perceberam que poderiam levar um pouco de seus conhecimentos para os moradores e, a partir daí, nasceu a ideia de uma oficina de sabão ecológico para aproveitar os

restos de óleo que saiam das cozinhas improvisadas direto para o solo. A iniciativa já conta com o apoio do restaurante Tábua de Carne, que doou coletores seletivos de lixo e está oferecendo assessoria nas oficinas.

Um levantamento promovido pela Rede de Juristas dá conta de uma parte dos problemas enfrentados na comunidade. Dos 191 moradores, apenas 50 estão trabalhando, a maioria em sub empregos sem carteira assinada. Dos 89 jovens, adolescentes e crianças que moram no local, apenas 50 estão estudando. Apenas um morador chegou ao ensino superior - os demais que estudam sequer completaram o ensino fundamental. Através do projeto apoiado pela Brazil Foundation, a Fundação vai realizar oficinas sobre reciclagem, saúde e associativismo com a comunidade.

Ao todo foram aprovados 26 projetos em todo o Brasil em 2009, metade deles no nordeste, sendo quatro em Pernambuco e outros quatro no Ceará. Desde 2001, a entidade apóia instituições sociais brasileiras que propõem soluções criativas e diferenciadas para os desafios enfrentados em todo o Brasil nas áreas de educação, saúde, direitos humanos, cidadania e cultura.

Equipe se capacita para gestão

Entre os dias 20 e 23 de Agosto, a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves, após aprovação do Projeto Educação para a Saúde e o Meio Ambiente, participou de palestras de Orientação sobre Monitoramento e Avaliação promovidas pela Brazil Foundation, no Rio de Janeiro, representada pela Coordenadora de Projetos Marcina Coelho e pela Secretária Andréia Martins. A instituição promove este encontro anual com os selecionados em seus editais de financiamento e, em 2009, foram contemplados 26 projetos em todo o Brasil, que trabalharão Direitos Humanos, Saúde, Educação, Cidadania e Cultura. Os selecionados foram entrevistados individualmente e participaram de Oficinas de Comunicação e de Gestão, com duração de 16 horas, onde receberam material didático específico e discutiram sobre o desenvolvimento de seus projetos



Atuação - Rede de Jurista Populares foi para a rua e ajudou a criar a Rede Nacional

Educação ambiental marca triênio da parceria entre Fundação e Misereor

Um olhar mais atento para os problemas ambientais de João Pessoa, Santa Rita e Bayeux foi a principal marca do triênio que está se encerrando da parceria entre a Fundação Margarida Maria Alves e a entidade alemã Misereor, o projeto que dá sustentabilidade à Rede de Juristas Populares. Já com o olhar voltado para o projeto proposto para o triênio 2010/2012, os Juristas encerram 2009 contabilizando os resultados e impactos da ação iniciada em 2007, mas que tem raízes em 2004, quando a Rede nasceu. Entre os principais resultados estão o retorno da Sudema à Mata do Xem Xem, em Bayeux, e a articulação com as escolas de Tibiri, em Santa Rita, para trabalhar a educação ambiental.

O trabalho não para por aí. Em Santa Rita, as Juristas conseguiram aprovar junto ao Fundo Ângela Borba o projeto "Mulher: Arte e Voz", que ofereceu capacitação sobre os direitos a mulheres do bairro de Tibiri, através de uma parceria com o Flor Mulher. Além disso, foi de uma atividade da Rede que saiu o encaminhamento de implantar o Conselho Municipal da Pessoa Idosa, cuja proposta de regimento interno já foi apresentada à Câmara dos Vereadores. E a Via Sacra do Meio Ambiente, ponto alto do trabalho de educação ambiental, segue firme ano após ano, sendo realizada sempre no mês de junho.

Já em Bayeux, onde um Jurista Popular foi eleito vereador, a Rede se solidarizou com a situação em que vive a Comunidade Unida, às margens da Mata do Xem Xem e estão desenvolvendo lá um

trabalho de educação ambiental e de incentivo à cidadania. Um dossiê sobre a situação da mata foi entregue às autoridades, o que acabou provocando uma mobilização da Sudema e de outros órgãos de gestão ambiental. Mas a grande vitória apontada pela Rede é que observar que os próprios moradores começam a se conscientizar da importância de cuidar do meio ambiente.

O fechamento dos viveiros de camarão, a partir de uma decisão judicial que atendeu ao pedido dos Juristas, foi um dos resultados mais significativos do trabalho em Forte Velho. A ação

dos empresários estava prejudicando a qualidade da água na região, que também está recebendo educação ambiental. Paralelo a isso, o grupo que dança Coco na comunidade foi fortalecido através de um projeto da Rede em parceria com a Cese. Enquanto isso, em João Pessoa, os Juristas estão fazendo intervenções nas comunidades onde moram para tratar de temas relacionados aos problemas locais, como a violência e a violação dos direitos de mulheres e idosos.

A criação da Rede Nacional de Educação Jurídico Popular também é um dos resultados contabilizados (leia mais na capa).

Comunicação também conta sucessos

Foi com o objetivo de fortalecer a política de comunicação institucional da Fundação, que a entidade aprovou junto a Misereor seu Plano de Comunicação 2007/2009, que contribuiu para manter boas relações com a mídia e com seus públicos. Os resultados mais palpáveis são relacionados à produção de notícias decorrentes das ações, que geraram uma boa procura de informações sobre a atuação da Fundação. Entre fevereiro de 2007 e agosto deste ano, foram 154 inserções na mídia, com forte presença na internet, e mais de 11 mil visitas ao site, resultado de um esforço por oferecer informação qualificada ao público. Também foram produzidos dez folders, panfletos e outros materiais de divulgação, tanto da entidade, quanto das ações da Rede, além da publicação de dez edições do

Falando DHireito, incluindo este que está na sua mão agora.



Rede de Juristas discute plano emergencial para Mata do Xem xem

A utilização da Mata do Xem Xem como espaço de pesquisa, de lazer e de educação ambiental, além da produção de mudas de espécies nativas e a criação de uma feira de produtos ecológicos. Estas são apenas cinco das 14 potencialidades apontadas para o Parque Estadual da Mata, em Bayeux, no Plano de Ação Emergencial, que está sendo elaborado pela Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente (Sudema) através de uma parceria com outras nove entidades que já atuam no local, entre elas a Fundação Margarida Maria Alves e o Núcleo de Juristas Populares de Bayeux. A proposta é programar ações que promovam a preservação da Mata.

A iniciativa partiu da provocação do órgão pelas entidades que já trabalham na defesa do Xem Xem, como os Juristas Populares, que estão promovendo caminhadas ecológicas na mata, replantio de mudas em suas clareiras e educação ambiental nas comunidades de seu entorno. De acordo com o documento distribuído pela Sudema, o plano tem em vista a sistematização e unificação das ações que já vem sendo realizadas, além de atender ao previsto na Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (9.985/2000).

Só nas primeiras conversas foram levantados 17 diferentes problemas que colocam em risco a preservação da mata, que vão muito além das queimadas e desmatamento. A unidade de conservação tem sido invadida por granjas, campos de futebol, retirada de areia e até um parque de vaquejada funciona em terreno antes ocupado pelas espécies nativas. O local também tem sido usado como depósito de lixo não apenas da comunidade do entorno, mas principalmente de empresas da região, além do esgoto que, sem ser drenado da forma adequada, está indo para dentro da mata, o que

acaba provocando a poluição das águas do seu interior.

Somam-se a isso o fácil acesso por parte de pessoas que praticam crimes nos arredores e usam a mata como rota de fuga, tanto pela falta de cercas que a protejam quanto pela ausência de policiais na região. A mata também não é valorizada pela comunidade, que culturalmente não se identifica com ela e não conhece as leis ambientais. E como na região não há espaços de lazer e problemas graves como a falta de saneamento e de coleta regular de lixo, a inexistência de um plano de manejo torna o quadro ainda mais caótico.

O Plano de Ação, que deve ficar pronto em novembro, vai estabelecer ações, metas e responsabilidades a serem cumpridas até 2010, contemplando todos estes problemas.



Proteção - Juristas querem ações de preservação e que revertam o atual quadro de devastação da Mata

Acontece

Novembro

7 e 8 - Encontro Estadual de Juristas Populares



7 e 8 - Módulo de Direito Urbano e Política Urbana
28 - Avaliação do Curso de Juristas Populares

Dezembro

10 - Comemoração pelos 15 anos da Fundação e Formatura dos Juristas Populares 2009

Janeiro

Férias coletivas da equipe técnica da Fundação